

TEMPO, HISTÓRIA E CONTRA-HISTÓRIA

José Henrique de Paula Borralho*

Resumo: Discute-se as várias concepções de história desde os gregos aos dias atuais, denotando a construção cultural acerca de noções como: tempo, espaço, passado, ciclos periódicos, determinismos, teorias, como elementos construtores do chamando “mundo ocidental”. Serão analisadas as variantes das correntes históricas que de tempos em tempos constroem modelos interpretativos da realidade. Pontua-se a atual crise paradigmática em história; seus limites, possibilidades e validade em diagnosticar a realidade objetiva contemporânea a partir do embate “iluminismo” e “pós-modernidade”.
Palavras-chaves: História. Teorias. Tempo. Passado. Presente. Crise paradigmática.

Abstract: The various conceptions of History, since Ancient Greece until present time are discussed, showing the cultural construction of notions like time, space, past, periodical cycles, determinism and theories, as one of the building elements of the so called “western world”. The various historical streams that, from time to time, build up interpretative models of reality are also analysed. The present paradigmatic crisis in History; its limitations and possibilities as well as its efficacy in diagnosing the contemporary objective reality from the “enlightenment versus post-modernism”, are pointed out.

Keywords: History. Theories. Time. Past. Present. Paradigmatic Crisis.

* Professor Assistente do Departamento de História e Geografia da UEMA. Mestre em História pela UNESP e doutorando em História pela UFRJ.

Estamos em geral tão habituados às idéias de tempo, história e evolução, que nos inclinamos a esquecer que esses conceitos nem sempre tiveram a importância que hoje lhes atribuímos. Contudo, se quisermos entender porque o tempo tende a dominar nossa maneira de viver e pensar, devemos adquirir algum conhecimento sobre o modo como isso veio a ocorrer. Em outras palavras, devemos pôr o próprio tempo em perspectiva temporal.

(G. J. Whitrow. *O Tempo na história: Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*).

O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar.

(Michel de Certeau. *A escrita da História*).

1. Mito, Tempo e História

Na mitologia grega, Saturno (Cronos) era filho do Céu (Urano) e da Terra e obteve do seu irmão primogênito Titã o direito de reinar em seu lugar. Mas uma condição lhe foi imposta: a de Saturno matar toda a sua posteridade para que aos filhos de Titã fosse reservado o direito à sucessão do trono. Saturno se casou com Rea e teve vários filhos. Devorou-os para cumprir o acordo com o irmão e por saber que seria destronado por um deles. Rea entregou a Saturno todos os seus recém-nascidos, mas conseguiu esconder quatro: Júpiter (Zeus), Netuno (Possêidon), Plutão (Hades) e uma filha, Juno (Hera). Júpiter, quando grande, declarando guerra ao pai e vencendo-o, expulsou-o do céu¹.

Júpiter (Zeus) queria vencer o seu pai, pois sabia que Saturno (Cronos) era senhor do tempo e o tempo a tudo devorava. Na mitologia grega, Zeus derrotou Cronos (o tempo), para além dela, o tempo (Cronos) derrotou até o próprio Zeus, pois, enquanto concepção mítica, o grande deus do Olimpo sucumbiu ante o processo de racionalização do tempo, às várias concepções filosóficas sobre a história, à domesticação e à naturalização da interpretação ontológica humana.

Os gregos² contribuíram para um tipo específico de percepção de noções como tempo, passado e desenvolveram teorias acerca da história, que não

só alicerçaram as bases desta que mais tarde se tornaria uma disciplina, um ramo do conhecimento, como também a formação do mundo ocidental. Quanto a isso, pesam argumentos contrários e a favor. Os que criticam a idéia de que os gregos contribuíram ou construíram uma teoria da história alegam que:

A) a historiografia grega não ultrapassou muito a crônica (Heródoto *versus* Homero);

B) a filosofia, que ocupava uma posição de maior destaque, só se preocupava e só reconhecia o “universal” (em detrimento do fato singular histórico);

C) a idéia do ser predominou sobre o devir, ou seja, a noção de processualidade (histórica) subjazia ao que “É” (os fatos históricos já estavam determinados pelo cosmos);

D) a dimensão visual superava a auditiva - os gregos se ocupavam mais com o que viam do que com aquilo que ouviam;

E) a ausência da idéia de unidade e solidariedade da espécie humana (consideravam todos os outros povos como bárbaros, sem história, inclusive macedônios);

F) acreditavam em forças múltiplas, plurais na condução da história (qual modelo seguiriam?);

G) acreditavam numa concepção cíclica do tempo (ROCHA, 1982, p. 26-31).

Entretanto, aqueles que advogam idéias opostas a essas supracitadas, sustentam que:

A) os gregos passaram de uma dimensão religiosa, mítica, politeísta à antropocêntrica, ou seja, a história pode ser entendida como uma extensão da descoberta do pensamento racional e/ou contributo deste;

B) abandonaram a crença na pluralidade de forças condutoras da história e passaram a acreditar em um único fio condutor dos processos humanos;

C) acreditavam que a guerra “era a mãe de todas as coisas” (Tucídides, 2001);

D) filosofavam sobre os ciclos cósmicos e as catástrofes periódicas (concepção cíclica do tempo);

E) sustentavam que o “homem mergulha na natureza” em busca de respostas, caráter de contemplação e observação (Aristóteles) e;

F) os filósofos defendiam que existia uma razão imanente no universo, portanto, existia uma lógica na história, as coisas não se processavam aleatoriamente, conforme ainda (ROCHA 1982, p. 26-31).

Ora, Cícero³, ao postular a idéia de que Heródoto era o “pai da História”, conduziu-nos o olhar – em direção ao que mais tarde seria chamado de “mundo ocidental” -, para aquilo que entre os gregos já era concebido desde os

pré-socráticos: a noção de que algo de diferente, no plano metafísico, originou-se ou primeiro manifestou-se neles que os fez se preocupar com o seu passado, explicando as insurgências de seus feitos.

Os gregos não foram os únicos da chamada Antigüidade a se preocuparem com o passado, mas entre estes houve uma atenção para a exaltação das ações humanas, visto que eram dadas a conhecer por não pertencerem ou serem ações do cosmos. Esta preocupação em salvar os homens de suas futilidades cotidianas e reservando um lugar na eternidade - uma vez que a memória preservaria as obras humanas -, eles chamaram de “História”; que quer dizer pesquisa, investigação (CARTLEDGE, 2002, p. 32). Com isto não se está evocando o epíteto “milagre grego”; tal epíteto advoga o princípio de que estes se constituíram como o mais singular, brilhante e melhor povo existente na Antigüidade e unicamente destes terem surgido manifestações ímpares na humanidade como: filosofia, história, teatro, poesia, etc. A especificidade helênica se encontra na opção pela busca do *logos*, distintamente de outros povos que lhe eram paralelos e que continuaram pautando suas existências em deuses, totens, entre outras coisas (VERNANT, 2002).

Tal como na narrativa de Heródoto que continha uma preocupação em exaltar as glórias humanas, uma vez que a história deveria salvar os homens de suas futilidades, pois as ações eram débeis e passageiras, não sempiternas (SNEEL, 2001), Aristóteles considerava que a função do historiador era fazer perdurar na memória os feitos dos homens (ARISTÓTELES, 2003; JAEGER, 2001; SNEEL, 2001), posto que mortais, pertencentes a uma esfera biológica - curso natural -, já as ações humanas, conseqüências de uma reflexão, poderiam ser dadas a conhecer. Neste âmbito, a concepção circular da vida biológica era também pensada na esfera histórica.

Platão considerava impossível medir, comparar-se ao cosmos. Era possível ser famoso, mas nunca imortal, porém a fama para os gregos equivaleria à imortalidade. Ser imortal não era não perecer fisicamente, mas, no plano das lembranças e longe do ostracismo, presentificar-se todas as vezes que a *mnemósine* (memória) fosse evocada, podendo os homens igualaram-se aos deuses. Esse tipo de preocupação com a memória e com o passado se transmutou em mitologia, de tal modo que, dentre as musas, existia *Clio*⁴, assentada num globo descansando juntamente com o tempo. No entanto, Platão criticou a evocação da memória por parte de historiadores e poetas a que usavam se valendo da retórica, muitas vezes a serviço dos governantes citadinos, por isso tais figuras não deveriam existir na “cidade ideal”. Isto implica dizer que a crítica de Platão recaía sobre a utilização da história enquanto discurso de fundo político que autorizava uma interpretação do modo de vida grego.

Os gregos viram na poesia o alvorecer da historiografia, pois Heródoto retomou Homero enquanto estilo narrativo e enquanto concepção de tempo, uma

vez que o passado não iluminava o presente, mas os heróis serviam de modelos e através deles poderiam se compreender e se orientar (SNEEL, 2001).

Neste âmbito, o mito não pode ser entendido somente como esfera mágica, fantástica, fantasmagórica, pois era histórica, ordenada. A lenda etiológica (mito) era um estudo das origens das coisas, embora não fosse um presente *continuum*, possuía um sentido pragmático desenvolvendo uma consciência histórica, na esperança de que a lembrança os livrasse da mortalidade do esquecimento e as glórias dos antepassados dessem legitimidade aos seus descendentes. Embora Heródoto tivesse se esforçado em distanciar-se na narrativa homérica, abrindo caminho para uma história empírica ao não acreditar na intervenção divina; não narrar um passado lendário; criticar os chefes políticos por agirem sob motivações privadas, assemelhando-se aos heróis de Homero, ainda assim, enquadrava-se dentro da tradição dos contos e de uma estilística influenciada por este último, uma vez que a *Ilíada* corroborou para o despertar do que era “ser helênico”, posto que o pan-helenismo não se baseava unicamente nas instituições políticas, mas, sobretudo nas festas comuns, no culto ao oráculo de Delfos e na língua (SNEEL, 2001). Ou seja, o despertar de uma consciência historicizante fincada na racionalidade filosófica opôs mito e história, considerando a primeira como fantasmagoria que deveria ser abandonada em detrimento de uma investigação científica consubstanciada em uma epistemologia nascente. A compreensão de que o mito é “irreal”, “fantasioso”, além de obnubilar uma compreensão sobre seu papel enquanto elo de sociabilidades, elemento gregário, semióforo, cria ideologicamente (com o perdão do anacronismo) um referente de que a história científica e somente ela pode desvendar a câmara escura do passado humano. Para um grego pré-socrático, é muito provável que a oposição entre mito e história não fizesse qualquer sentido. O mito era a própria explicação de sua vida e ela foi porta de entrada do conhecimento acerca do mundo. O ordenamento do passado humano em etapas organizadas, cronológicas, evolutivas, ordenadas e progressistas tem sido uma característica das interpretações da história.

O objeto da história por seu turno, no período de Heródoto, era a *Narrativa*; elaborado para que os feitos humanos mais notáveis “não caíssem no esquecimento” (ROCHA, 1982, p. 275). Posteriormente com Tucídides, Xenofonte, Políbio, Titio Lívio, Tácito, Salústio⁵, adotou-se a *Pragmática*; que concebia a “história como mestra da vida” e retirava do passado lições (ROCHA, 1982, p. 275). Este modelo se preocupava em estudar as condições de estabilidade das sociedades humanas. O pensamento grego influenciaria a trajetória do pensamento ocidental, por isso Nietzsche afirmou que em Platão estava a morte da filosofia, pois quis dar sentido providencial, lógico, harmonioso ao universo que se move de forma desconexa, amorfa, caótica, tal como preconizaram os pré-socráticos, para ele os verdadeiros filósofos (NIETZSCHE, 2003; JAEGER, 2001).

Este artigo, embora aborde questões relativas ao tempo, história, teorias da história de forma abrangente, pauta-se especialmente numa narrativa longa, com um lapso de tempo amplo, discutindo a profundidade das ferramentas conceituais utilizadas por historiadores, afinal, Hayden White (1994) nos diz que a “urdidura de enredo” é a forma com o qual o historiador codifica os fatos contidos na crônica em forma de componentes de tipos específicos de estrutura de enredo. Ou seja, em qualquer época, período, era, a noção de apreensão, a codificação, a reproduzibilidade dos signos que se enunciam em ciência histórica ou qualquer outra ciência dizem respeito a uma prática social e toda “interpretação histórica depende de um sistema de referência; que permanece uma filosofia implícita particular; que se infiltrando no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor” (CERTEAU, 2002, p. 67). Isto quer dizer, segundo Michel de Certeau (2002, p. 71), que:

é impossível analisar o discurso histórico independentemente da Instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas.

Ademais, utilizando Paul Veyne (1998, p. 18), pode-se afirmar que:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, **faz com que um século caiba numa página**, e nessa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos em que vivemos. (grifo nosso)

Este artigo tem a pretensão consciente de conter quatro mil anos de história em apenas vinte páginas.

2. A vertente ocidental da história ou o nosso legado

No medievo o objeto da história muda de inflexão, pois a concepção antropocêntrica cede lugar ao teocentrismo empedernido que via na “vida dos justos” (vida dos santos) uma aprendizagem para a salvação. “As coisas se aperfeiçoavam paulatinamente”, a história assumia uma função *Pedagógica* (ROCHA, 1982 p. 275), pois os exemplos dos apóstolos de Cristo deveriam servir como mostruário de uma vida sã e a concepção cíclica do tempo agora passava a ser representada por uma reta em que o curso natural das coisas, da história, estava traçado com o plano de Deus para a restauração. A história da humani-

dade passava a ser a dos desígnios divinos que já havia predestinado o futuro: a história dos homens e das mulheres havia começado com Adão e acabaria com o retorno de Cristo. Zeus estava agonizando.

Com Vico a idéia de circularidade, tal como entre gregos, estava presente. Porém, com o advento da experiência social que os historiadores posteriormente chamariam de modernidade, a concepção de história vinculava-se a uma objetividade científica ligada às Ciências Naturais nos séculos XVI e XVII. Ainda que circular, a concepção de história passava a ser *Evolutiva* (ROCHA, 1982, p. 275), pois pretendia não apenas instruir, mas indagar a causa dos acontecimentos e perceber a forma como foram as coisas se estabelecendo. Para Vico, Herder, Maquiavel e Montesquieu, o presente achava-se vitalmente unido ao passado e este se tornava imprescindível para compreensão daquele. A concepção de existência saía do foco ontológico e passava a questionar a natureza do Direito, da Moral e da Bíblia.

No transcurso do desenvolvimento do Humanismo e Renascimento surgem os antiquários: historiadores ligados a príncipes e repúblicas urbanas. Para Sevcenko (1994, p. 14): “Os humanistas eram reformistas cujo objetivo era atualizar, dinamizar e revitalizar os estudos tradicionais, baseados no programa (estudos humanos) que incluíam a poesia, filosofia, história, matemática e eloquência”. Estes estudos e o período renascentista e pós-renascentista modificariam o estatuto do saber e abririam caminho para a crítica a um pensamento antilaicizado, vigente no medievo, dominado por setores da igreja católica, mas “demonizariam” tudo que veio a existir pós-Grécia-Roma, consideradas “civilizações clássicas”, portanto modelos, emblemas a serem seguidos. A própria idéia de “Renascimento” é uma construção; não eliminou o aspecto religioso, resignificou-o, transformou-o, abrindo caminho para que religião e política comesçassem a ser pensados em planos, primeiro distintos, depois antagônicos, antitéticos.

Esta história, atrelada aos antiquários, era eminentemente política e guiava os destinos dos homens e das mulheres a partir da arte do conhecimento: retórica. A “astúcia” de figuras como Maquiavel, por exemplo, lançava dúvidas quanto à validade da compreensão, da consciência histórica a não ser nos ditames da política. A história estava no centro do debate sobre a primogenitura do Estado e/ou do mercado. Os estudiosos argumentam sobre a recorrência da atuação do Estado controlando o mercado, portanto, gestando-o, ou se era o mercado quem necessitava da presença do Estado para solidificar-se. A história, pelo menos no plano conceptual, serviu para a estruturação dos Estados territoriais, precursores dos estados absolutistas em tempos modernos, ligando-se às futuras histórias nacionais. Isto, segundo Bobbio (1992, p. 60), se devia ao fato de que: “durante séculos a organização política foi o objeto por excelência de toda reflexão sobre a vida social do homem, sobre o homem como animal social, como

politikón zoon, onde em *politikón* estava compreendido sem diferenciação o hodierno duplice sentido de ‘social’ e ‘político’.”

A percepção dos homens e das mulheres enquanto indivíduos, sensação que começava a fruir, possibilitava-os se situarem dentro de um espaço político em que a conotação de evolução social se atrelava à maturidade de instituições políticas tão caras à cognominada “modernidade” como: segurança, liberdade, progresso, reflexividade (GIDEENS, 2002). Kant, ao discorrer sobre os aspectos fundamentais dos homens e das mulheres, não vacila em propugnar que estes possuem uma disponibilidade para “serem humanos”; tal disponibilidade comporta noções como comparação, competição, contemplação. O homem, para Kant, dotado de moral e ética, exige a liberdade, respeito pelos outros, deixa de ser indivíduo para ser pessoa. Não elimina as diferenças, mas o antagonismo social o levaria a uma evolução sociopolítica; tal evolução, fruto dos conflitos, geraria a necessidade de uma sociedade civil (KANT, 2003; ARENDT, 2002).

Os homens e as mulheres europeus passavam a inventar novas sociabilidades, neste sentido, poderiam se igualar ou até mesmo superarem os deuses, como os da Grécia Antiga, uma vez que não estavam mais a mercê das intempéries, dos humores ou das vontades de forças plenipotentes que decidiam o que fazer com os seus destinos. Zeus estava morto. A imortalidade estava sendo assegurada, não em termos biológicos, mas em caráter de desvelamento de entendimento e compreensão acerca do universo, da natureza humana. “Sabemos agora que, embora não possamos ‘fazer a natureza’ no sentido da criação, somos inteiramente capazes de iniciar novos processos naturais, e que em sentido, portanto, “fazemos natureza”, ou seja, na medida em que fazemos história” (ARENDT, 2002, p.89). A fama finalmente poderia ser atingida.

Este período compreende ao da Ilustração: mescla de racionalismo idealista e empirismo sensista. Tinha como idéias-força: a Razão, o Progresso e a Paz. Subjazia uma conotação anti-histórica, visto que desprezava o passado, pois acreditavam seus defensores na imutabilidade da natureza humana; apenas na ligação causal entre os fatos históricos; na ausência de sentido providencial; na idéia de que a história caminhava para um progresso indefinido e que o único sentido desta seria a da igualdade entre os homens e, ainda, no dinamismo fundamental da história como instrução generalizada. Autores como Jean-Jacques Rousseau, Thomas More, John Locke, Maquiavel, Montesquieu, Thomas Hobbes acreditavam na política como saída da barbárie:⁶ A ilustração empregou o termo civilização no século XVIII como sinônimo de desenvolvimento. E o Romantismo, enquanto extensão da Ilustração, além de não mudar o eixo temático da historiografia política tradicional, acentuou-a.

De certo, deve-se fazer uma distinção entre dois tipos de historiadores surgidos neste âmbito: os historiadores filósofos e os eruditos. Os primeiros, arraigados à noção de concepção filosófica da história, por isso críticos da descri-

ção pura e simples e ávidos de uma racionalização que comporia o devir histórico. E os eruditos, atinentes à crítica das fontes documentais, desvelando novas formas de investigação da pesquisa. Ainda assim, a perspectiva do Estado-Nação, crítica erudita das fontes como método histórico, que atribuía o caráter de cientificidade, estava em questão. A história política passava a ser hegemônica a partir da condição do estado enquanto matéria de investigação. Isso talvez explique por que, até meados do século XIX, o poder estava associado sempre ao estado.

Este ambiente político em história, primado pelo ideário do cientismo, promove a chamada história metódica. Por história metódica compreende-se um tipo de discurso próprio, factível, demonstrável, diferente do romântico. A discussão de verdade era a *tabula rasa* dos historiadores que garantia a diferenciação em relação aos ficcionistas. Ser verdadeiro era ser comprovável antagonicamente ao discurso literário. Para os historiadores não importava reviver o passado ou representá-lo, e sim narrá-lo, “descrevê-lo tal e qual como ele realmente se passou” (*wie es eigentlich gewesen*) aos moldes de Ranke, erroneamente cognominado de positivista (RANKE, 1979. p. 14). Portanto, a história política era ciência e não arte, logo que factual⁷. O historismo de Ranke não se propunha ser uma teleologia da história tal como o Positivismo, na medida em que não se ocupava em afirmar que a etapa última e ideal do homem seria a Científica ou Positiva, rejeitando inclusive o passado lendário e mítico do homem; Ranke, ao contrário, a partir da *Volkstum*, valorizava a religião sem dogma, extraindo aspectos imprescindíveis para a compreensão do passado.

Acalmadas as águas turvas que embaraçavam a compreensão entre historismo e historicismo, ou seja, a incorporação do historismo ao positivismo, Ranke, não tão exageradamente quanto Comte, quis também dar sentido à história, mas seu privilégio político, sua forma excludente de só tratar os limites da Europa, sua forma historicizante de narrativa, sua noção de imparcialidade e impersonalismo são mais um esforço teórico na tentativa de apreensão do passado, mais um esforço presente no século XIX que viu nascer a História enquanto ciência desatrelada da Filosofia; ciência emergente que reivindicava seu espaço de autoridade, de legitimidade discursiva, metodológica e epistemológica, e não apenas ser a “filosofia através de exemplos”.

Ao reivindicar seu espaço científico, privilegiou uma categoria de cultura, de civilização, de tempo, de memória e passou a ser a própria interpretação do passado, não se distinguindo das experiências sociais individuais ou coletivas, não se compreendendo enquanto mais uma interpretação sobre o que se passou, ou seja, não se percebia como:

produção intelectual do saber, práxis interpretativa da realidade, reflexão sobre si mesma, área do conhecimento sujeito à verificação através de metodologias, pesquisa documental, construção de evidências, espaço institucional do saber,

produto social, conjunto organizado de memórias, narrativas que se contrapõem ao efêmero (DELGADO, 2003, p. 20).

A atmosfera metódica, no plano do discurso historiográfico, logrou seu domínio até meados do século XX, quando surgiram duros e insistentes ataques por parte de várias correntes como: Marxismo, Os Annales, Escola de Frankfurt, Estruturalismo, embora desde o século XIX já houvesse críticas ao Positivismo⁸.

De certo o *événemtielle* (história factual, tradicional) não está mais em voga. O factual cedeu lugar à história-problema dos Annales e ao materialismo histórico (sem citar outras tendências importantes do século XX), incorporando algumas terminologias, conceitos, problemáticas das ciências correlatas a partir da cognominada e conceituada interdisciplinaridade. A política ganhou uma nova forma de discussão, ambientação, a partir de discussões sobre a modernidade, modernização, domínio cultural, a importante contribuição de Foucault, além dos novos enfoques dados pela história das mentalidades.

A história política ainda está em destaque em virtude do poder sempre se manifestar no pensamento histórico, não mais nos moldes historicistas, positivistas do século XIX, e sim sob novas formas e perspectivas. Antes, encarregava-se dos nascimentos e mortes dos impérios, estados e via o espaço político com uma visão tradicional de poder. Durante algum tempo, triunfou porque promovia o estado enquanto condição de objeto por excelência da produção histórica, até a instauração de sua crise final entre os anos de 1945–1968/1970, período da insurgência da Nova História Política, adotando, entre outras temáticas, o simbólico, problemáticas como políticas públicas, universalização da burocracia, vastos setores das atividades sociais, mudando a questão da soberania para acontecimento político (sistemas partidários, períodos críticos e até elementos culturais), eleições, processo de votação no congresso, legislativos estaduais, biografias coletivas, instituições políticas e burocráticas⁹.

Entre os historiadores que apontam o declínio da história política tradicional estão Eric Hobsbawn. Segundo Hobsbawn, já em 1910, se notava um declínio da história tradicional e o aumento perceptível das explicações sócio-econômicas desde a metade do século XIX, inelutáveis no pós-II Guerra Mundial. Isto pode ser caracterizado como aumento da influência do marxismo (HOBSBAWN, 1998).

Ainda que a influência do marxismo entre os historiadores tenha variado de país para país e sua presença possa ser assinalada como marco da historiografia moderna em outras partes do globo, quer seu pensamento, quer alguns movimentos inspirados no próprio Marx, quer as distorções do mesmo - entendidas como “marxismo vulgar” -, ganharam ares de única explicação histórica da evolução humana até para os não-marxistas.

O impacto do pensamento de Marx acerca da história conotou um novo prisma das relações sociais, interagindo ideologia e desenvolvimento do capital. Decerto, o mais importante não foi este, e sim teorias como a relação entre “base e superestrutura”, compondo uma sociedade em etapas diferenciadas de interação. Isto compunha aquilo que para Marx era entendido como explicação do desenvolvimento histórico, aliando também as anclares lutas de classes, mutações de quadros sócio-econômicos num processo de transição (MARX, 2003).

Uma das principais tendências do século XX, no que diz respeito ao marxismo (e ao marxismo vulgar), foi a de tentar fazer da história uma Ciência Social; tendência nem sempre aceita, mas eficaz no combate ao positivismo em seu meandro de ampliação e extensão dos estudos e métodos das Ciências Naturais para as Sociais. Marx entendia o social numa trama de relações entre os seres humanos, na qual estabeleciam conjunções de produção e reprodução. Marxismo neste âmbito pode ser apontado senão como único, mas uma das primeiras teorias estruturalistas-funcionalistas, embora diferindo das demais, pois trabalha com contradições, permitindo vislumbrar as mudanças na sociedade, sobretudo no plano histórico enquanto dinâmica interna de mudança (HOBSBAWN, 1998).

Marx influenciou os historiadores e a historiografia não só na concepção materialista da história, como também nos diversos trabalhos realizados, como esboços, pistas acerca do desenvolvimento histórico humano; desde o comunismo primitivo até o capitalismo e caracteres específicos do passado. Eric Hobsbawn considera que, uma vez que os seres humanos possuem consciência, a concepção materialista da história é a base da explicação, mas não a explicação histórica em si (HOBSBAWN, 1998).

A singularidade de Marx para Hobsbawn se deve ao fato deste continuar a ser base essencial para estudos adequados em história, pois tentou formular não só uma abordagem metodológica como um todo, como também explicar todo o processo da evolução social humana. Hobsbawn o coloca acima de Max Weber, citado como único rival enquanto influência teórica para os historiadores, contudo de equivalência menor, pois as postulações weberianas só são possíveis tomando Marx como paradigma inicial (HOBSBAWN, 1998).

O número de historiadores marxistas e não-marxistas em todo o mundo e até aqueles que preservam o seu nome é documental para o autor assinalar sua importância no mundo. Estes historiadores tomam Marx pelo menos como ponto de partida, uma vez que o marxismo tornou-se uma das vigas-mestra da história.

3. A crise do legado ou o legado em crise ?

O que fazer quando o marxismo por seu turno ou outras meta-narrativas não apreendem e nem explicam as novas lógicas sociais advindas das transformações da cognominada modernidade, ou de sua crise?

A mesma modernidade que Berman afirma que, nos últimos quinhentos anos, homens e mulheres vêm sentindo. Sentindo uma forma de experiência vital, experiência de tempo e espaço, de possibilidade e perigos da vida, “encontrando-se em um ambiente que promete aventura, alegria, transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça tudo o que somos, tudo que sabemos” (BERMAN, 1986, p. 15).

Frederic Jameson vai além; ele não só afirma estarmos em uma crise moderna, como aponta estarmos vivenciando a superação da modernidade e a gestação de uma sociedade “pós-moderna”. É mais seguro pensar o conceito de pós-moderno como uma forma de pensar historicamente o presente de uma época que já se esqueceu como pensar dessa maneira. A consciência pós-moderna acabou sendo a teoria de sua própria existência. Neste sentido busca rupturas, eventos, mudanças irrevogáveis e se efetiva quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre (JAMESON, 1997, p.13).

Embora seja mais humana que a fase anterior, a cultura para Frederic Jameson, no pós-modernismo, tornou-se uma segunda natureza, ou seja, um produto, mercadoria como qualquer outra. Se o modernismo, ainda que de forma exígua, fazia uma crítica à modernidade, o pós-modernismo é o processo de produção de mercadorias como processo. Se para alguns é a nova forma dominante da cultura de uma nova ordem social, para este autor é tão somente um reflexo das transformações últimas do capitalismo (JAMESON, 1997, p.13).

Não obstante, as transformações nos planos econômico-político tiveram seus revertérios ou são consoantes das mudanças sócio-culturais que passaram a ser concebidas como ilógicas, inconcebíveis. O turbilhonamento das coisas, ou a velocidade das transformações modernas, no dizer de Jean Baudrillard, nos retirou da esfera do real. Segundo ele, para que haja “história”, é necessário cristalização, condensação dos fatos, se referindo ao espaço como metáfora explicativa das novas condições sociais. O espaço, onde qualquer possibilidade de limite é idiossincrático, é tomado para dar alusão a uma idéia de amplitude, vastidão, onde a velocidade da luz não encontra similitude no universo, os “espaços” não encontram referência nos sentidos humanos. Tudo parece absolutamente vazio, porém é a dimensão gigantesca, verdadeiramente universal que causa ilusão de ótica. Assim têm sido os fatos nas demais áreas, dotados de uma energia que os lança no espaço sócio-cultural, sem regresso. Vivemos a atomização de tudo, por isso a história se perdeu. A história é incapaz de resistir à centrifugação dos fatos e só as memórias artificiais são capazes de armazenar as informações. Se não há condensação, não há reflexão. Se não há reflexão, as teorias não advogam nada (BAUDRILLARD, [sd], p. 8).

Para Keith Jenkins:

Vivemos na condição geral da pós-modernidade, que não é uma ideologia ou uma postura que nos permita escolher aderir ou não. A pós-modernidade é o

nosso destino. Um destino que nasceu do grande fracasso da modernidade, do fracasso da tentativa, que começou na Europa ilustrada do século XVIII, de conseguir elevados níveis de bem-estar pessoal e social por meio da aplicação da razão, da ciência e tecnologia (JENKINS, *apud* FONTANA, 1998, p. 30).

O que autores como Nietzsche, Heidegger, Baudrillard, Lyotard, Frederic Jameson, Feathstone, Derrida, Deleuze, Boaventura de Sousa Santos, Harvey, Jenkins, entre outros apontam são os limites da sustentação do humanismo enquanto pilares do pensamento ocidental, de um tipo específico de reflexão histórica que sustentou a própria idéia de modernidade, progresso, racionalismo. Quando as crises do liberalismo econômico, dos fundamentos do saber, da legitimação do poder, da identidade da humanidade, do equilíbrio e da integração do corpo social, do socialismo real, da dessacralização do sagrado (político e religioso), do Estado Moderno, das ideologias, da noção de realidade, do homem como centro, da ontologia tradicional, da desconfiança quanto ao progresso, da questão da *episthème* fora da tradição batem às portas, o que está sendo colocado em xeque é a patologia da temporalização da história; que consiste numa disfunção da relação normal entre espera e experiência.

Recentemente, o Frei Leonardo Boff publicou no *Jornal do Brasil* um artigo sobre a sensação da aceleração do tempo, idéia de que estaríamos com a percepção de que as coisas estão mais aceleradas, a sucessão do tempo estaria se processando numa velocidade muito maior. Observa-se o que ele escreveu:

O físico alemão W.O. Schumann constatou em 1952 que a Terra é cercada por uma campo eletromagnético poderoso que se forma entre o solo e a parte inferior da ionosfera que fica cerca de 100 km acima de nós. Esse campo possui uma ressonância (**daí chamar-se ressonância Schumann**) mais ou menos constante da ordem de 7,83 pulsações por segundo. Funciona como uma espécie de marca-passo, responsável pelo equilíbrio da biosfera, condição comum de todas as formas de vida. Verificou-se também que todos os vertebrados e o nosso cérebro são dotados da mesma frequência de 7,83 hertz. Empiricamente fez-se a constatação de que não podemos ser saudáveis fora desta frequência biológica natural. Sempre que os astronautas, em razão das viagens espaciais, ficavam fora da ressonância Schumann, adoeciam. Mas submetidos à ação de um “simulador Schumann” recuperavam o equilíbrio e a saúde. Por milhares de anos as batidas do coração da Terra tinham essa frequência de pulsações e a vida se desenrolava em relativo equilíbrio ecológico. Ocorre que a partir dos anos 80 e de forma mais acentuada a partir dos anos 90 a frequência passou de 7,83 para 11 e para 13 hertz por segundo. O coração da Terra disparou. Coincidentemente desequilíbrios ecológicos se fizeram sentir: perturbações climáticas, maior atividade dos vulcões, crescimento de tensões e conflitos no mundo e aumento geral de comportamentos desviantes nas pessoas, entre outros. Devido à aceleração geral, a jornada de 24 horas, na verdade, é somente de 16 horas. Portanto, a percepção de que tudo está passando rápido demais

não é ilusória, mas teria base real neste transtorno da **ressonância Schumann**. Gaia, esse superorganismo vivo que é a Mãe Terra, deverá estar buscando formas de retornar a seu equilíbrio natural. (BOFF, Leonardo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 05/03/2004. p. 11, grifos nossos).

Pode ser que, de fato, a aceleração física e biológica do tempo, como quer Shumman, seja mais uma teoria sem aceitação no mundo e, longe de ser uma questão natural, esteja ocorrendo, sim, uma mudança cultural acerca do tempo. A percepção do homem sobre o tempo pode estar mudando em face da tecnoburocratização cada vez mais presente na vida das pessoas, a tecnologia colocando em xeque o humanismo, o aumento de velocidade das informações diminuindo espaços, tempos. Mas no instante em que assistimos à escalada da violência global, discursos inflamados contra o terrorismo, ofensiva estadunidense contra países como Afeganistão, Iraque, desrespeito às resoluções da ONU, avanço da extrema direita na Europa, destruição acelerada da vegetação da Terra, aumento da fome (questões que desafiam o projeto moderno de civilização), pergunta-se acerca da validade das teorias em história, que até hoje se propuseram a interpretar o longo percurso trilhado pelos homens e pelas mulheres.

No entanto, isto não é consensual. Ciro Flamarion Cardoso advoga que é preciso opor-se a mais esse “fim da história”. O autor se contrapõe às assertivas de teóricos como Jean Baudrillard, mostrando que, se por um lado as bases do paradigma iluminista estão no limiar da capacidade de compreensão da realidade atual, de uma nova forma social, da perda da perspectiva holística, por outro, o pós-modernismo e suas “nefastas” tendências como: desleixo teórico e metodológico, abundância de retórica e pouca argumentação, discurso desconstrucionista, apreensão de problemas como devastação da natureza por simples fenômenos temporais naturalizados sem crítica, supervalorização do subjetivismo, relativismo absoluto, entre outras, nada resolvem ou possibilitam perspectivas para um mundo mais racional (CARDOSO, 1999, p. 17-20).

Ora, se a base do paradigma iluminista é a razão baseada no progresso humano, se o método científico de apreensão do real é o cartesiano, se as concepções macro-teóricas são totalizantes, se os pilares filosóficos quanto às ciências sociais são o marxismo, weberianismo, estruturalismo, entre outros e, exatamente o que surge no plano histórico-teórico pela incapacidade de explicação, entendimento do social, são: a morte dos centros, incredulidade quanto às metanarrativas (sobretudo as filosóficas), niilismo intelectual, ausência de hierarquização do conhecimento (LYOTARD, 2002), como fica a história enquanto categoria do conhecimento e a expressão lógico-formal de suas explicações, que é a narrativa?

Os rótulos “pós-modernos” ou “anti-pós-modernos”, as categorizações “marxistas e não-marxistas”, “estruturalistas”, “weberianos”, etc, trincheiras

conceituais de uma corrente histórica ou de outra, denotam o lugar da autoridade da fala, da competência discursiva, da legitimidade institucional que, se por um lado empreendeu um dinamismo conceptual à hermenêutica, à reflexão do homem sobre si, um vir a ser da ciência, da dialética, vez avançar a política, abriu caminhos nunca dantes explorados, lançou homens e mulheres em experiências únicas e singulares, salvou vidas, desenvolveu a tecnologia, etc, por outro enco-briu intolerância, exclusão, ódios mútuos, reforçou preconceitos, abriu trinchei-ras, hierarquizou modos de vida, segregou os homens e mulheres.

Seria a saída da crise paradigmática voltar à Grécia Antiga e à noção de história-lição e, ao tempo de Tucídides quando narrava os feitos dos povos “sem privilegiar ninguém?” Revitalizar Vico e reconceber a história cíclica, história circular (aos moldes da biologia)? Ressuscitar Ranke e escrever os fatos “tal e qual se sucederam?” Talvez autores como Paul Veyne, Hayden White, Dominick La Capra, Stehpen Bann, Roland Barthes tenham sugestionado algumas críticas à nossa forma de ver e conceber a história, possibilitando alguma perspectiva futura.

4. Narrativa e História: novas possibilidades?

Paul Veyne admite ser a história uma idéia-limite. Este limite é estabelecido a partir do instante em que, para algo ser histórico, precisa ter acontecido. Mas os limites não param por aí. Enquanto categoria, ela adota um certo modo de conhecimento. Selecionar, classificar, organizar, tipologizar são algumas ferramentas utilizadas pelo historiador e, ao fazê-lo, a história enquanto narrativa não só se assemelha ao romance como torna-se lacunar, pois, ao escrever por indícios, cria uma defasagem entre o narrado e o vivido (dependência das fontes), tentando preencher longos períodos. (VEYNE, 1988. p. 18).

As coisas não possuem dimensões absolutas. O social é tão importante quanto qualquer outro aspecto. Isto se deve ao fato de que, além da história ser filha da memória, o interesse depende das circunstâncias em que escreve, tornando a visão do passado resumido e sumário e, por que não anedótico?

Mas as ênfases de Paul Veyne não param por aí. Acusa a historiografia de só considerar algo não-factual aquilo que ela não consagrou. Isto cria um impasse quanto à validade do conhecimento histórico. A história só faz revelações banais sobre o passado que em nada altera a nossa visão de mundo. Para que serve a história, ele indaga? Por que o historiador se espanta com o que é óbvio? Pois se o evento é a diferença, se existe a individualização do evento, é porque o historiador só pode revelar aquilo que seja único, diferente do momento em que vive, narra ou estabelece comparações com outros momentos.

Ao criticar a tática fabiana, comumente utilizada por historiadores, Paul Veyne e Hayden White descortinam o aprisionamento cientificista e academicista dos historiadores anti-artistas. A tática fabiana consistia no fato de que, todas as vezes em que os cientistas sociais criticavam a amenidade do método histórico, os historiadores respondiam que eram supostamente artistas. E quando os artistas (literatos) perguntavam-lhes sobre a incapacidade destes em sondar as camadas mais sombrias da consciência humana, os historiadores respondiam que pretendiam ser cientistas.

Hayden White questiona sobre a história ser uma síntese harmoniosa entre arte e ciência. O autor usa de sua capacidade de pensar historicamente os fatos, recuando até o século XIX. A concepção do século XIX sobre arte e ciência como coisas absolutamente antitéticas foi criticada ao longo do século XX. Os pensadores contemporâneos não estão convictos de que arte e ciência sejam formas distintas e antagônicas de conceberem o mundo. Isto é uma espécie de acidente histórico no qual o artista romântico temia o cientista e o cientista temia o artista. Este mesmo acidente também ascendeu na história o caráter autônomo e legitimador do pensamento. A história, enquanto figura e personagem, servia como espécie de apologista do mundo ocidental, entranhada no inconsciente dos homens e das mulheres como pesadelo evocado para despertar se quisesse salvar e servir a humanidade. Nietzsche, citado por White, acusava a história de ter pretendido preparar o homem para a vida, pois se julgava “o ensino de filosofia através de exemplos” (NIETZSCHE, *apud* WHITE, 1994, p. 48), mas pouco fez e, além disso, perdeu a capacidade de libertar o homem do fardo da história e relegou toda mudança significativa a um passado mítico, reforçando o *status quo* (Idem, p. 62).

Qual a base epistemológica das explicações históricas? White e Dominick La Capra questionam a forma expressa das teorias sobre o passado e o enredo dominante no qual estamos inseridos na história: a narrativa. Eles apontam os avanços da literatura moderna em contraposição à ausência dos mesmos avanços da escrita histórica, presa muitas vezes à noção do realismo do século XIX.

A representação do passado admitia fidedignidade, segurança através dos relatos dos fatos. Mas a dúvida para os autores persiste. Por que este tipo de representação pode dar segurança? Qual a natureza da narrativa histórica? Somente por que se opôs à idéia de mítico – portanto objetiva e científica? O trabalho do historiador, segundo Hayden White, se torna mítico na forma e poético na estrutura. É o historiador quem elenca a “urdidura do enredo”¹⁰, escolhendo tropos da linguagem de forma irônica, trágica ou mítica. Na escolha e confecção da urdidura do enredo, está presente um elemento ficcional, e este registro é tido como uma simples crônica fragmentária e incompleta, mas dotada da mesma imaginação construtiva, usada para confecção de uma peça que pode ser contada de várias formas.

Hayden White afirma que, na confecção de um registro, está transladada a herança cultural de quem escreve, ou seja, a representação em forma de escrita. Se ela é representação, a narrativa não é o ícone, mas remete a tal. Se a narrativa não revive o passado tal qual ela se deu, então a relação entre o passado e o enredo é paradoxal. A narrativa histórica escreve sob forma de metáforas. Metáfora sem consciência de si, sem saber se o é, transportada ao longo do tempo degredada, afastada de suas bases literárias, pois quis ser objetiva e científica. Escrita metafórica cujos autores-historiadores, sem consciência lingüística, sem poder recorrer à tática fabiana, deveriam reconhecer a dificuldade de reviver o passado e serem menos obsequiosos em admitir como ele é transmitido.

Dominick La Capra admite que a tarefa do historiador consiste em desenvolver um diálogo no qual se permita que o passado autônomo questione nossas tentativas recorrentes de reduzi-lo à ordem. “Deve-se reconhecer, efetivamente, que o passado tem suas próprias vozes, e que estas precisam ser respeitadas, sobretudo quando a elas se opõem ou introduzem ressalvas às interpretações que gostaríamos de atribuir-lhes” (LA CAPRA *apud* HUNT, 2001, p. 139).

Stephen Bann recorre a Roland Barthes para estabelecer a deficiência de signos do “enunciador” e, em particular, a exclusão do “eu” do texto que garante nada mais do que a ilusão de objetividade. Seria difícil contar os romancistas que imaginaram, na época do realismo, que eram objetivos porque suprimiram os signos do “eu” de seus discursos”. O historiador contemporâneo poderia talvez ser acusado de sustentar a ilusão que os romancistas tem em geral abandonado. Optando por excluir o “eu” da narrativa histórica, ele não está fazendo mais do que adotar “persona objetiva”, que certamente não o protegerá de uma inflexão pessoal (BANN, 1994, p. 80).

Assim como “a história se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo social e, portanto, também pela relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado) do qual se fala” (CERTEAU, 2002, p. 77); também os gregos se colocaram na condição de intérpretes do passado, inventariando uma hermenêutica dos sentidos supostamente por eles construída, a tal ponto de taxionomizar como “bárbara” toda condição cultural que lhes era estranha; também a história tem servido para os mais diferentes propósitos, em diferentes povos, épocas, períodos. Não se trata da idéia de se cair num reducionismo vulgar e relativista, impedindo-se homens e mulheres de construírem seus referenciais de vida, de cultura, consubstanciando os princípios do que se julga e sempre julgou chamar de vida, felicidade, paz, etc, mas de não negligenciar uma das tarefas que regem a disciplina história, quando afirma que os homens são filhos do seu tempo; neste âmbito, a forma como nos vemos e vemos os outros é

também fruto de um tempo, como qualquer outro povo, em qualquer época, fez e faz.

A utilização de mecanismos da própria racionalidade pelos críticos do Iluminismo e, dentre estes, os pós-modernos, não inviabiliza, não desqualifica ou torna inválida as denúncias quanto ao limite do paradigma “moderno” ocidental. Utilizar os referenciais que balizaram a própria história do pensamento que liga os gregos à contemporaneidade não faz, da sua crítica, idiossincrática. Os pós-modernos nunca tiveram a pretensão ou se constituíram enquanto escola de pensamento, teoria coerente ou se sentiram na obrigação de substituir um modelo referencial de existência por outro, e sim de denunciar os limites de uma forma de existência. Neste aspecto, utilizar a estrutura racional filosófica, o *Logos*, a hermenêutica, os signos da fala, conceituações e operações científicas para depois desconstruí-los, é mais um exercício racional. Os embates não são contra a racionalidade, mas um tipo específico de racionalidade. Afinal, a busca por ela é indiscutivelmente uma conquista e, desta forma, precisa ser entendida enquanto característica subjacente, desde que homens e mulheres a cultivem, pois representa o resultado da passagem da hominização à humanização.

Heidegger propugnava que deveríamos nos curar de um humanismo, e não do humanismo. Do humanismo construído a partir do séc. XVIII que via na razão e somente nela a possibilidade de se atingir a paz, a felicidade e o progresso, descartando ou desprezando outras facetas e características “existentes” ou potencialmente “inerentes” aos homens e mulheres. Baudrillard afirma que, enquanto não soubermos o que queremos, não nos resta outra saída a não ser desconstruir tudo o que construímos.

A crítica à trajetória e ao modelo referencial de existência “ocidental” é de fato uma atitude radical, mas no sentido etimológico grego do termo que significa ir às raízes, à profundidade do que foi referenciado. Assim, a crítica pós-moderna ou qualquer outra, utilizando-se de uma metalinguagem, faz pensar acerca de nossa própria historicidade e da historicidade de um tipo específico de pensamento. Não propõe o caos enquanto única perspectiva futura; coloca limites e é mais coerente com a própria condição racional enquanto “amor à sabedoria”, uma vez que não põe limites à imaginação e à reflexão, que as atitudes conservadoras, enclausuradas, entrincheiradas das escolas, teorias que se sentem incomodadas com a possibilidade de desconstrução, crítica dos apanágios que legitimam suas disciplinas, suas epistemologias.

O “fim da história” não pode ser pensado enquanto desaparecimento das experiências humanas, das relações processuais, da dinâmica das relações sociais, das reinvenções das sociabilidades, das expectativas e frustrações de mulheres e homens, dos desejos e construções de sentimentos, quer antigos, quer novos, da criação de novas ideologias. A história, enquanto dinâmica, talvez tenha seu fim quando o limite da existência humana chegar. Negligenciar isto

talvez seja um equívoco. É uma possibilidade cada vez mais premente pelos limites que homens e mulheres impõem ao planeta. É preciso reinventar a história.

Notas:

¹ Conforme PUGLIESI, 2003, p. 40.

² Os gregos não se autodenominavam dessa forma, se chamavam de helenos, fruto de *hellas*. “Grego” é um termo pejorativo atribuído por romanos.

³ Cícero (106-143): político, orador e filósofo romano.

⁴ “As musas, filhas de Júpiter e de Memória (Mnemosine), têm lugar assegurado nos festins e concertos dos deuses. Todas são jovens, belas e, segundo Hesíodo, são nove. Clio – nome formado pela palavra grega “Cleis”, quer dizer glória, fama, era a musa da história. Representam-na coroada de louros, tendo na mão direita uma trombeta e, na esquerda, um livro. Aos seus atributos acrescentam-se ainda o globo terrestre sobre o qual descansa e o tempo, para mostrar que a História alcança todos os lugares e todas as épocas”, conforme Pugliesi (2003, p. 92).

⁵ Sobre estes historiadores ver, entre outros (CARTLEDGE, 2002, p.34-44).

⁶ Sobre a condição da política como construtora de um mundo moderno ver, entre outros: Jean-Jacques Rousseau: *Do contrato sócial*; Thomas Mores: *A Utopia*; Montesquieu: *Do Espírito das Leis*; Maquiavel: *O Príncipe*. John Locke: *O Segundo Tratado do governo civil*; Thomas Hobbes; *O Leviatã*; Max Weber: *Ciência e Política: duas vocações*.

⁷ Se a história enquanto ciência foi duramente criticada em fins do século XIX por sua falível capacidade em configurar-se nos moldes das ciências naturais, devemos a Ranke e, por conseguinte, ao historicismo, o critério de sua seletividade crítica às fontes, ainda que sua empresa ostente o *status* de imparcialidade e, por isto, uma certa “objetividade” a partir da ausência subjetiva do historiador.

O Romantismo, enquanto movimento, é filho do Iluminismo, desprezando, no entanto, seu caráter eminentemente agnóstico, ultra-racionalista e o desprezo pelos aspectos subjetivos. Este primeiro, ao contrário, valorizava a predileção pelo sentimento, a intuição do imediato, o gosto pela ação, o sonho e o desejo de síntese universal. Ranke, um dos precursores do Romantismo alemão, adota o heroísmo por grandes ideais (liberdade política, pátria, arte, moral), exalta o excepcional, admira o culto da natureza e o homem-religião sem dogma. Advoga a teoria do valor intrínseco, recusando-se a admitir que cada época histórica seja mero meio de construção da seguinte e entende a história como especificidade que a torna uma ciência especial.

A Escola Romântica Alemã, da qual Ranke fazia parte, possuía um apreço pelo valor da pré-história, aceitava o valor religioso dos povos primitivos, entendia o caráter individualizante cultural de cada povo e exaltava a concepção progressista da história, que ele chamava de esclarecimento de espírito. Sobre isto, consultar Leopold Von Ranke (1979).

⁸ Peter Burke nos alerta para o fato de que, desde o século XVIII, historiadores escoceses já criticavam a história tradicional com o seu privilégio por assuntos políticos (nascimento e morte dos estados, impérios, biografias de reis, príncipes, assuntos diplomáticos, etc). No XIX, Francois Simiand criticava os três ídolos da história tradicional; o político, o individual, o cronológico e Henri Berr esboçou os primórdios da Psicologia Histórica,

mais tarde influenciando a história das mentalidades de Lucien Febvre e Marc Bloch. Peter Burke, in: *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*.

⁹ Sobre história política, ver entre outros Francisco Falcon, in: CARDOSO & VAINFAS, (orgs), 1997. p. 61-89.

¹⁰ “Por “Urdidura do enredo” entendo simplesmente a codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes de tipos específicos de estruturas de enredo, precisamente da maneira como Frye sugeriu ser o caso das “ficções em geral”, conforme WHITE, 1994, p. 100.

Referências:

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BAUDRILLARD, Jean. **A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos**. Lisboa: Terramar, S/d.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto **Estado, governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e terra, 1987.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989)**: A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, 1997.

CARTLEDGE, Paul (org). **História Ilustrada da Grécia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**; Associação Brasileira de História Oral, número 06, junho de 2003.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da história**. Tradução de Antonio Penalva Rocha. Bauru-SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JAEGER, Werner. **Paidéia**. A formação do Homem Grego. Tradução Artur M. Parreira. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo, Martin Claret, 2003.

LYOTARD, Jean-Francois. **A condição Pós-Moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 7ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MORE, Thomas. **A utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PUGLIESI, Márcio. **Mitologia Greco-Romana: Arquétipo dos deuses e heróis**. São Paulo: Editora Madras, 2003.

RANKE, Leopold von Ranke. **História**. Organizado por Sérgio Buarque de Holanda; Tradução de Trude von Laschan. São Paulo: Ática, 1979.

ROCHA, Filipe. **Teorias sobre a História**. Braga: Editorial Franciscana Montariol, 1982.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1994.

SNELL, Bruno. **A cultura grega e as origens do pensamento europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª edição rev. e ampliada. Brasília: Editora da UnB, 1988.

WEBER, Max. **Ciência e Política**. Duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

WHITROW, G. J. **O tempo na história: Concepções da pré-história aos nossos dias atuais**. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.